

ESTADO INTERVENCIONISTA E EMPRESA PRIVADA

Benedicto Heloiz Nascimento*

RESUMO

O Nacionalismo foi motor enquanto o protecionismo e a ação do Estado na vida econômica constituíram-se nos instrumentos do desenvolvimento das regiões que hoje constituem a parte rica do nosso mundo. Somente após terem alcançado essa meta é que essas nações tornaram-se favoráveis, mais no discurso que na prática, ao liberalismo econômico. Em países como o Brasil, a intervenção estatal, fiscalizada e partilhada com os sindicatos de trabalhadores, precisaria atingir diretamente as empresas de grande porte, deixando campo livre para operação daquelas de tamanho médio e pequeno a fim de garantir uma maior flexibilidade e maneabilidade à economia.

Unitermos: *Política econômica – Desenvolvimento econômico – Intervenção estatal – Nacionalismo – Protecionismo – Pequenas empresas*

A sociedade manufatora teria crescido e se desenvolvido graças à proteção e impulso recebidos do Estado. Aqui, a superestrutura social tornar-se-ia determinante e construtora da infra-estrutura à medida que, em muitos casos, seria a responsável pela própria instalação e formação de manufaturas e pela produção, de modo geral. Dessa maneira, seria o mercantilismo em sua forma mais evoluída, como um sistema de amparo e estímulo das forças produtivas, o responsável pelo sucesso do capitalismo e da própria Revolução Industrial que surgiria primeiro na Inglaterra, atingindo mais tarde outros pontos do planeta. Aí teríamos lugares premiados por momentos prolongados

(*) Professor Assistente Doutor do IEB (área de História).

de autonomia e, por isso mesmo, dotados de uma classe dirigente mais independente, objetiva, prática, interessada na modernização da produção, promoção do progresso e da capacidade criadora nacional.

Somente depois de alcançada uma posição privilegiada, já com a Revolução Industrial em pleno curso, é que começariam a surgir em nível discursivo e teórico reivindicações de liberalização e redução do controle da economia pelo Estado. Isso ocorreria unicamente após o novo sistema comercial, financeiro e produtor ter-se firmado em um território geograficamente bem localizado e de haver iniciado processo de renovação tecnológica garantidor e amplificador da predominância econômica da Inglaterra sobre as outras nações.

Mesmo assim, o atingimento das condições reclamadas seria lento no país mais desenvolvido do planeta, servindo, a doutrina econômica liberal, além de liberadora das forças produtivas no Centro industrializado, também, de instrumento de dominação. Ela induzia outros países a desarmarem-se frente às investidas e preponderância da Grã-Bretanha, onde já havia retirado do trabalhador qualquer proteção e possibilidade de reação permitidas pela existência de antigas corporações de ofício. Nesse Centro Fabril a coerção do rico sobre o pobre, do patrão sobre o trabalhador, ganharia novo aspecto e maior brutalidade, até começar a ser inibida pela atuação dos sindicatos operários. Situação que teria seu paralelo a nível externo com o recrudescimento dos movimentos de independência e conseqüente descoberta da desvantagem advinda da manutenção de colônias. Seria mais remuneradora a exploração de regiões economicamente dependentes que assumissem por sua conta e risco os custos de sua administração, construção de infra-estrutura econômica, defesa e controle policial. As classes dirigentes desses territórios tornar-se-iam as responsáveis diretas pela pobreza do povo, além de objeto único do desgaste resultante de uma política mal aplicada e/ou desastrosa. Agora a nação dominante, livre dos custos de contenção dos anseios de liberdade política de antigas colônias, mantém-se como instância de apelação, fornecedor de produtos industrializados, serviços técnicos e capitais para uma região cujas debilidades transformam a independência arduamente adquirida em pouco mais que simples formalidade.

Desse modo a nova organização da produção exigiria para sua plena implantação e destruição da ordem antiga, inibidora da ação dos processos e técnicas surgidos com a inovação tecnológica e organizacional da atividade econômica, a partir do último quartel do século XVIII. Entretanto, essa busca de liberdade de movimentos seria unilateral, sectária e periódica, pois os novos detentores dos fatores de produção passariam a exigir, sempre que se sentissem fracos ou ameaçados, a proteção do Estado, organismo que, com o tempo, também seria levado a intervir para reequilibrar a vida econômica afetada pelas lutas e crescimento desproporcional de empresas ou setores produtivos, assim como pela necessidade de suavizar e organizar os choques entre sindicatos de trabalhadores e empresas. Voltar-se-ia, então, à regulamentação e intervenção na vida social, apenas em forma, nível e dimensão diferentes.

A estruturação da economia em pequenas organizações tenderia a desaparecer, ficando esses organismos jogados para uma posição secundária, sobrevivendo com grandes dificuldades. A regra seria a grande empresa, predominaria o monopólio ou o oligopólio, que operam unidades de grandes

dimensões a fim de obter o máximo de resultado em economias de escala, que se utilizam do Estado para fornecimento de infra-estrutura, economias externas, controle e absorção das deseconomias externas, resultantes de sua atuação de caráter predador frente à natureza e à vida na Terra.

Com isso queremos dizer ser a necessidade de liberdade para a atividade econômica restrita a curtos períodos de tempo, precisão que poderia perfeitamente acabar substituída por uma orientação permanente, mas dotada de flexibilidade e sensibilidade para aproveitar as oportunidades e estimular o progresso.

Entretanto, para que tal organismo operasse sem maiores problemas, iríamos necessitar de meios garantidores dessa maleabilidade e do preparo preciso para enfrentar e tirar proveito das possibilidades de mudança e aperfeiçoamento, ao mesmo tempo que corrigisse e eliminasse parte dos efeitos e resíduos indesejáveis assim gerados.

Para isso, ao lado da empresa pública e privada de grande porte, operando num regime de intervenção e planejamento governamental, precisaríamos contar com agentes de pequenas dimensões, dotados de muita liberdade e rapidez para movimentos eficientes. Daí então decorreria a necessidade de manutenção e mesmo de promoção da existência de empresas de tamanho médio, pequeno e microcômico, reduzida a uma pequena família e seu chefe ou a uma única pessoa operando solitária. Entidades que atuariam como válvulas de segurança, limpadoras e lubrificadoras da estrutura econômica, ao mesmo tempo que passíveis de converterem-se em fatores de inovação e bases, para mudança. Naturalmente, essas empresas tenderiam a ser dotadas de períodos curtos de sobrevivência, num movimento de renovação permanente, resultante da simples mortalidade, como também da passagem para outro nível, ao mesmo tempo que surgiriam novas unidades. Elas operariam nas margens e nos poros formados entre as firmas de grande porte, constituindo-se numa espécie de "região" elástica e maleável da estrutura econômica de uma nação. Sobreviveriam de migalhas e resíduos deixados pelas suas irmãs de maior porte e pelos próprios consumidores, impossibilitados ou inaptos para assumir a tarefa de reaproveitá-los, quando não se constituíssem em fornecedoras de peças, partes e serviços para unidades maiores ou operassem como micromontadoras, permitindo, ainda, aumentos e reduções mais rápidos de produção.

Para sobreviver, a empresa pequena e microcômica, muitas vezes, opera de maneira informal, à margem da lei e escondida dos órgãos públicos de fiscalização e estatística, a fim de evitar o ônus representado por taxas, impostos, previdência social e satisfação das regras da burocracia oficial.¹ Graças a elas e justamente devido à sua atuação subterrânea obter-se-iam agentes econômicos dotados de maior maneabilidade e flexibilidade de ação, possibilitadora de um uso mais completo e duradouro de tudo que foi gerado

(1) Segundo Evandro Peçanha Alves, secretário executivo do CEAG-Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa do Rio de Janeiro: "O excesso de impostos e encargos com base na folha de salários e uma legislação das mais atrasadas do mundo ocidental para pequenas e médias empresas são os principais inibidores da regularização das firmas de 'fundo de quintal' no Brasil. O resultado dessa política é que o país possui cerca de 1,5 milhão de empresas clandestinas..." *O Estado de S. Paulo*, 10 nov. 1987, p. 33.

no processo de produção e acumulação de riqueza. Essas firmas, juntamente com o agente econômico autônomo, muitas vezes, fariam uso daquilo que seria considerado refugio pelas maiores, trabalhando com produtos simplesmente rejeitados pelas dificuldades de aproveitamento ou considerados destituídos de utilidade. Estes seriam os operadores encarregados do processo de reciclagem ou que tornariam possível essa operação. Utilizar-se-iam daquilo que, como lixo, constituir-se-ia em poluente e também da própria mão-de-obra recusada pelo mercado normal de trabalho, como aposentados, deficientes físicos, velhos e crianças desprovidas de outros meios de sustento. Conseguir-se-ia fugir da rigidez de problemas de tempo, de esquemas, soluções, usos e otimizações da produção em grande escala. Por isso um "sopro de liberalismo", devidamente controlado e ministrado, poderia ser entendido como um fator de lubrificação e oxigenação dos aparelhos produtor, mercantil e financeiro, após um período de crescimento intenso debaixo de um regime altamente intervencionista como foi o mercantilismo e hoje são as economias planejadas e/ou com alto grau de estatização. Essa abertura periódica para uma atividade privada menos restringida deveria ocorrer através da promoção das empresas de médio e pequeno porte, ao mesmo tempo que fosse estimulada e provocada a racionalização e reorganização do trabalho nas de grande tamanho, públicas e privadas, no sentido da busca de um aumento de produtividade, redução de custos de fabricação e operação e melhor adequação social da produção. Seria necessário, portanto, inverter a tendência desses organismos de procurarem sempre resolver seus problemas de caixa através do aumento de preços de venda e/ou empréstimos bancários crescentes, cujo pagamento se eterniza e tem custos que acabam também incorporados aos preços dos produtos quando não são cobertos por subsídios governamentais que requerem mais impostos a serem pagos pelo povo ou contribuem para a dilatação do déficit público.

Torna-se importante o aproveitamento daquele refugio ainda útil de modo a conseguir-se maior produtividade, com redução dos custos, empresarial e social, de produção. Obtém-se, assim, uma reciclagem de mercadorias que, de outra maneira, exigiriam gastos adicionais, para serem jogadas fora, além de custos sociais sob a forma de poluição, provocando redução da qualidade de vida, doenças requerendo tratamento e terrenos, cursos e bacias hidráulicas inutilizados para uso humano ou industrial. Isso quer dizer que se passaria a reciclar matéria que de outra forma constituiria lixo e dejetos, cuja eliminação seria dispendiosa, além de provocar custos sociais adicionais. Estes materializar-se-iam numa escala maior, em poluição generalizada que poderia estar contribuindo para reduzir a riqueza disponível à medida que destroem a vida, inutilizam bens ainda livres como água e ar, os quais, pelo me-

nos no caso da primeira, já exigem altos custos para serem transportados e recuperados a fim de se tornarem compatíveis com os padrões mínimos requeridos para o seu uso e consumo.

Esse efeito perverso da produção de riqueza por mãos humanas teria ficado praticamente incógnito ou mascarado por muito tempo porque custos desse tipo tenderiam a permanecer fora do cálculo empresarial. Eles constituiriam deseconomias externas das quais não se cuidaria ou, quando necessário, acabariam tendo os gastos de recuperação socializados. Essa perda, repartida por toda a comunidade seria na maioria das vezes uma maneira cara de jogar fora substâncias e objetos que facilmente seriam transformados em matérias-primas e fontes de energia adicionais a serem reintroduzidas no processo produtivo ou que poderiam ser simplesmente usados, já da primeira vez, de forma mais eficiente e racional. Contudo, nesse caso, certos custos tenderiam a crescer, à medida que exigissem equipamento, mão-de-obra, energia e espaço para armazenamento, além de algum outro insumo, adicionais. Por outro lado, ocorreriam possibilidades de obter grandes poupanças de energia e dispêndio de divisas com o simples reaproveitamento de sucata na fabricação de metais, por exemplo. Com isso verificamos que boa parte da eficiência e ganhos de nossas empresas são aparentes, ou melhor, existem apenas porque elas operam de maneira predatória em relação aos recursos recebidos e à própria natureza. Elas geram deseconomias externas que por enquanto seriam apenas parcialmente aliviadas pela ação de firmas complementares e/ou menores, que trabalhariam fração do refugo gerado no processo produtivo, o qual em boa parte seria colhido por um batalhão de miseráveis para cuja sobrevivência restaria apenas a atividade, de alto risco, de coletores individuais de lixo.

Todas essas entidades gozariam de uma situação privilegiada graças ao uso de infra-estrutura e economias externas criadas diretamente pelo Estado ou por empresas de sua propriedade e mesmo firmas privadas, geralmente de grande porte. Assim a eficiência desses organismos resulta principalmente de um mecanismo de exteriorização de custos e internalização de ganhos. Isso possivelmente teria muito a ver com a sobrevivência de empresas de reduzido tamanho vivendo nos poros e espaços de acomodação deixados entre os grandes estabelecimentos operando numa determinada época e lugar. Assim, também, se explicaria, em boa parte, a existência de empresas estatais com rentabilidade negativa e o próprio déficit do Governo que precisa corrigir essas falhas e subsidiar as atividades privadas.

Dessa maneira o intervencionismo econômico e a ação direta do Estado como construtor e empresário constituir-se-iam numa maneira de tornar possível ou mais facilitado o surgimento ou sobrevivência de um setor privado nacional ou mesmo alienígena. Ele não apenas organiza e corrige falhas como também cria as condições mínimas garantidoras da lucratividade dos últimos amparando-os, fornecendo recursos, insumos e mesmo bens patrimoniais, em operações que mais do que subsidiadas têm o caráter de verdadeiras doações. O Governo presenteia terrenos, constrói redes de água, esgoto e de transmissão de energia, que é fornecida a preços baixos, proporciona empréstimos a juros reduzidos e/ou serve de avalista para aqueles feitos no exterior, além de permitir que detritos e resíduos da produção sejam abandonados em qualquer lugar, sem que haja a menor preocupação em reciclá-los ou torná-los inócuos para o homem e o ecossistema natural, quando não provi-

dencia ele próprio essa retirada, responsabilizando-se pelo seu depósito em terrenos, que assim ficam inutilizados para outro uso.²

Essa ação governamental, se bem que imprescindível para dar início ou prosseguimento a um processo de desenvolvimento econômico, pode, caso não seja bem conduzida ou atendida a necessidade de interromper a sua continuidade ou alterar seu rumo, resultar em deformações e anomalias no funcionamento tanto no setor estatal quanto no privado. Este tenderia a esperar e requerer permanentemente favores do poder público, que só se justificariam como incentivo à indústria nascente, deixando assim de fazer o esforço necessário ao seu crescimento posterior bem como o "pagamento" à sociedade pelo auxílio recebido. Ajuda que muitas vezes tende a ser dada a empresas estrangeiras, que retribuem o obséquio crescendo às custas de capital acumulado no país receptor, remetendo lucros para suas matrizes, fazendo uso de subfaturamento nas exportações e superfaturamento nas importações, retardando o processo de nacionalização da mercadoria que fabrica, sufocando o desenvolvimento da indústria de bens de capital e da tecnologia local.³ A isso deve-se acrescentar a ameaça periódica de se retirar do país, af deixando apenas desempregados, fora a tendência de produzir mercadorias concebidas para seus lugares de origem, geralmente pouco adequadas ao hospedeiro dessas filiais. Instituições que procuram forçar importação de peças, partes, máquinas e ferramentas, além da obtenção de empréstimos no exterior, ao mesmo tempo que passam a adquirir empresas locais e/ou cortar suas possibilidades de crescer ou mesmo de nascer.

Ter-se-ia uma concentração econômica privilegiando as empresas estrangeiras que sozinhas ou ligadas a sócios locais menores tenderiam a controlar setores inteiros da economia nacional. O único empresário capaz de se contrapor a esse poder seria o Estado, que no entanto acabaria por subsidiá-lo, inclusive chegando a associar-se com o mesmo, em condições favoráveis a esse alienígena. Parceiro que juntamente com outros de origem semelhante, mais o setor privado nacional, então favorável ao capital estrangeiro,

(2) Chefes políticos locais também não escapariam desse afã em servir e premiar grandes investidores. No último trimestre de 1987 o prefeito de Paraisópolis, MG, estaria, segundo notícia de *O Estado de S. Paulo* de 04/11/87, p.22, tentando adquirir terreno do Ministério da Aeronáutica para doá-lo à General Motors. Essa "montadora de veículos que está adquirindo da Ericsson superfície de 100.000 metros quadrados, mais as instalações de 12.000 metros quadrados de área construída, ainda vai receber da prefeitura uma área, ao lado, de 50.000 metros quadrados, onde funcionou por muitos anos o aeroclube da cidade..."

(3) "... no Brasil durante o período 1920/1966 a renda líquida de fatores no exterior (457,1 milhões de cruzeiros novos a preços de 1950) ultrapassou do dobro da contribuição do capital estrangeiro para o total de recursos para a formação de capital (190,2 milhões de cruzeiros novos a preços de 1950)." NASCIMENTO, B. H. *Formação da indústria automobilística brasileira*. São Paulo, IGEOG-USP, 1976. p. 127-9. "Enquanto o brasileiro paga Cz\$ 438.454,64 por um veículo Prêmio da FIAT, movido a gasolina (sem o compulsório), o Duna, modelo similar de exportação, com vidro climatizado e cera protetora, está saindo do porto de Santos, com destino à Itália, por apenas Cz\$ 42.283,87", conforme matéria, com fotografia da nota fiscal nº 341.958 expedida pela FIAT, publicada em *O Estado de S. Paulo* de 27/06/87, p. 22, e de 02/07/87, p. 24.

com quem aparece freqüentemente em empreendimentos comuns, tentaria, quando comesçassem a escassear as oportunidades de investimento subsidiado, apossar-se das empresas estatais, levantando a bandeira da privatização. Movimento feito em nome de uma suposta eficiência superior do liberalismo e da empresa privada, que agora começaria a prescindir de maior ajuda do Estado e suas empresas que, de constituídas para ocupar setores desprezados pelos particulares, podendo assim apoiar e supri-los de insumos e recursos, passam a ser alvo da cobiça das empresas privadas nacionais e principalmente estrangeiras que ajudaram a nascer e crescer. Firms que passariam a ver esse setor público de produção como rica e indefesa fronteira para uma rápida e fácil expansão possibilitadora da satisfação de sua avidez de novos ganhos. Vantagens que além de monetária seriam também em termos de maior poder e controle sobre a sociedade, à proporção que os compradores de estatais tenderiam a ser grupos já bastante fortes, constituídos por empresas estrangeiras ou privadas nacionais a elas, de alguma maneira, associadas. Disso resultaria, para o Governo, a perda do instrumento com que poderia exercer alguma ação ou planejamento imperativo, ao mesmo tempo que as ligações de dependência econômica ficariam melhor e mais fortemente amarradas.

Com isso o nível de liberdade, traduzida por flexibilidade e maneabilidade da economia, pouco ganharia, pois persistiria a característica, que não deixaria de ser acentuada, expressa na existência de empresas de grande porte e monopolísticas. Estabelecimentos que entravariam ainda mais o funcionamento das forças de mercado apesar de não deixarem de ser necessários, a fim de se obterem economias de escala na produção e utilização máxima da vida útil dos equipamentos. Eles acabariam, nessa busca de lucro, por dificultar a padronização necessária, à medida que os principais fabricantes do Mundo Rico tenderiam a dominar os setores produtivos da Periferia, impondo, ao mesmo tempo, as formas de produção e hábitos de consumo, nem sempre os mais convenientes para eles próprios, de seus lugares de origem. Fabricar-se-ia, assim, grande diversidade de tipos, modelos e marcas de um mesmo produto, que rapidamente seriam substituídos por novas variações, num desperdício imposto pelas multinacionais aos seus hospedeiros, do que a indústria automobilística brasileira constituir-se-ia num exemplo bastante típico.⁴ Aqui teríamos grande desbaratamento de recursos, aliado à confecção de mercadorias pouco adequadas às reais necessidades da população nacional e a uma ação inibidora do progresso tecnológico e científico do país. Este continuaria importando conhecimento, projetos, equipamentos, peças e partes, internalizando uma tecnologia, muitas vezes, apenas aparentemente nova. Com isso os meios para o desenvolvimento da inteligência e criatividade locais estariam bloqueados, ficando estas últimas inibidas e embotadas, devido a adoção direta de produtos e invenções ou uso servil de tecnologia elaborada no Centro. Restariam, então, instituições que, conforme conveniências e vantagens de suas matrizes ou de outra unidade no exterior, tenderiam a produzir dentro ou fora do país, a aumentar ou reduzir o grau de nacionalização de seus produtos, a exportar ou importar. Assim, muitas vezes, dar-se-ia existência a problemas graves de desemprego, balanço de co-

(4) NASCIMENTO, B. H. op. cit. p. 105-6.

mércio e dívida externa. Cria-se uma situação de instabilidade e ausência de defesa da economia nacional, fazendo com que setores inteiros de produção permaneçam com alto nível de ociosidade, enquanto a nação importa as mesmas mercadorias para cuja fabricação eles foram montados.

Desse modo, para aumentar a taxa de lucro de grandes empresas multinacionais, todo um país e sua população enfrentariam problemas difíceis de resolver e que abalariam todas as suas estruturas, econômicas, políticas e sociais, conduzindo o povo a um pauperismo, em meio a uma abundância que acaba drenada para o exterior, após deixar alguns ganhos extras, nas mãos de uma minoria colaboracionista com o estado de coisas vigente e por isso mesmo privilegiada com essa bonificação.

Tudo seria feito em nome da eficiência e para a empresa privada. Entidade que aparenta uma produtividade e eficácia maiores que aquelas socialmente verdadeiras. Sua pretensa superioridade em boa parte seria contrapartida do aproveitamento de infra-estruturas e economias externas, da socialização de deseconomias externas, da exploração predatória da natureza e mais intensiva da mão-de-obra, ao lado de pagamento de salários baixos e ausência ou escamoteação de benefícios sociais ao trabalhador. Vantagens que apenas seriam oferecidas pelo Estado e organizações proletárias ou por coação desses agentes, enquanto a maior consideração pelos recursos da terra e meio ambiente só resultariam da perspectiva de sua exaustão, de doenças e mal-estar provocados, aliados à movimentação de grupos de defesa ecológica.

De modo geral podemos dizer que boa parte dos vícios e defeitos de empresas privadas e públicas tendem a ser os mesmos, decorrendo ordinariamente da dificuldade e dos problemas resultantes, principalmente, do porte das mesmas e da separação entre propriedade e gestão. A principal diferença residiria no fato das firmas particulares apropriarem-se dos setores mais rentáveis e de evitarem internalizar qualquer custo que possa ser socializado, além de valerem-se de economias externas, infra-estruturas e subsídios proporcionados pelas estatais e diretamente pelo próprio Governo.⁵

Por outro lado, a submissão da empresa pública às variações de objetivos e de grupos no poder deixa-a carente de uma administração mais estável, adequada e interessada pelos seus problemas e necessidades. As suas chefias tendem a ser escolhidas mais por critérios políticos que de competência técnica e profissional. Não se cuida de raciocinar em termos de qualificações específicas necessárias ao bom desempenho das funções de um gerenciamento, que também requer um mínimo de tempo de permanência no cargo e uma ótica que, pelo menos, valorize e determine para o patrimônio público igual intensidade de cuidados que para o privado.

(5) "O Conselho Monetário Nacional acabou aprovando no final do mês passado (outubro de 1987) o empréstimo (de quantia equivalente a US\$ 50 milhões, do Governo Federal) para a Transbrasil (companhia privada de transportes aéreos) com juros abaixo dos praticados pelo mercado." NASTARI, J. Plano Bresser está em jogo. *O Estado de S. Paulo*, 15 nov. 1987, p. 52.

A empresa estatal seria, ainda, a maneira mais vigorosa e direta de controlar e conduzir a economia nacional, não existindo, todavia, necessidade de ela estender-se por todos os setores ou firmas de um mesmo setor. Limitando-se às empresas e unidades de grande porte e/ou pioneiras, constituindo entidades tendentes a operar, antes de tudo, nos vazios deixados pelo setor privado, seja por falta de interesse de empresários preocupados em se ocupar de uma porção mais rendosa da atividade produtora e do mercado, seja pela falta de recursos para suportar investimentos vultosos, requerendo grandes prazos de maturação.

Ficaria, portanto, esse setor estatal praticamente encarregado de puxar e amparar a atividade econômica do país, produzindo e criando condições para que os particulares também procedam dessa forma. Residindo aqui mais um fator explicativo da dificuldade do primeiro apresentar um bom desempenho, gerando lucros e ganhos adicionais para o Governo, pois dentre suas funções figuraria a de facilitar e subsidiar a produção privada garantindo o fornecimento de insumos a baixo preço.

Dessa maneira o Estado e a Empresa Pública supririam as deficiências de uma classe que teria dificuldades para aprofundar o processo produtivo, encaminhando, assim, mais decidida e rapidamente a formação de uma indústria de base e de bens de capital. Setor que, pela sua ausência e diminutas proporções, caracterizaria uma falha decorrente de industrialização incipiente e fraca, onde predominaria uma mentalidade excessivamente mercantil, para a qual a decisão entre importar ou produzir no país seria uma questão de menor ou maior oportunidade de ganho. Aqui produzir significaria mais uma montagem com um mínimo de fabricação local de peças, partes e ingredientes usados como insumos. Teríamos ainda a produção no país encarada, pelas empresas estrangeiras e mesmo nacionais, como maneira de contornar barreiras ou dificuldades ocasionais de importação.⁶ Atitude que, possivelmente, seria mais acentuada nas firmas nacionais associadas a capital externo do que naquelas que permanecessem fora dessas ligações. A ação ocorre em termos de possibilidades de obtenção no estrangeiro de insumos mais baratos, inclusive peças e partes importadas a custos mais baixos que os do produto final.

Por outro lado, poderíamos, também, ter um esquema de ação montado com o objetivo de facilitar a exportação de mercadorias industrializadas após incorporar o trabalho de uma mão-de-obra sub-remunerada, economizar em instalações para tratamento de detritos e beneficiar-se de subsídios governamentais. Vantagens que, igualmente, ficariam acrescidas de isenções, comumente obtidas, de impostos, taxas e tarifas para operações, que também costumam ser subfaturadas, enquanto o preço dos insumos importados pode estar artificialmente acrescido, e o mercado local ficaria aberto para produção da Matriz ou empresa estrangeira exportadora.

Dentro deste contexto podemos colocar a busca de empréstimos no exterior que acabam por forçar a importação de bens de capital, equipamentos e

(6) Conforme D. M. Phelps (*Migration of industry to South America*. New York, McGraw-Hill, 1936. p. V, 57, 72, 80), o estabelecimento de fábricas subsidiárias no exterior permite contornar e usar em benefício próprio as barreiras artificiais ao comércio, reduzir custos e problemas de transporte, armazenagem e acabamento. Ele participa da natureza do comércio internacional e do investimento estrangeiro.

serviços, muitas vezes produzidos, ou passíveis de facilmente o serem, no país. Cria-se uma dívida em moeda forte estrangeira, sem qualquer necessidade real, apenas para atender a importações desnecessárias ou até mesmo prejudiciais à economia nacional, a preconceitos doutrinários pseudocientíficos e/ou a pretensão de impor um ritmo exageradamente acelerado a um crescimento que seria mais consistente e adequado em velocidade mais reduzida, depois de melhor pensado.⁷

Procura-se afastar a atenção da possibilidade de ampliação do mercado interno ao mesmo tempo, e por isso mesmo, que a única forma de visualizar uma redução de custos de produção parece materializar-se na importação de insumos baratos. O país ficaria cada vez mais atrelado ao comércio exterior deixando-se de cuidar melhor das vendas para sua população, as quais exigiriam pagamentos de maiores salários e permitiriam um desenvolvimento melhor sustentado e adequado às suas condições intrínsecas.

Nesse contexto, o Estado precisaria suprir a atividade de um empresariado carente de vontade e mesmo visão de maior alcance para perceber as vantagens de lutar por um mercado interno ampliado e protegido e de trabalhar por uma sociedade mais rica e equilibrada. Economia que proporcionaria um retorno muito maior para o capital, que não raras vezes acaba desperdiçado, em consumo conspícuo, por uma classe que tenderia a só compreender investimento de grande volume e tempo de maturação quando socializado através do Governo. Organismo que inclina-se a embarcar nessa verdadeira onda de comportamento irrefletido, ditado em boa parte por instituições do Centro, interessadas apenas em vender suas mercadorias para o entorno subdesenvolvido e manter seu domínio sobre o mesmo. Condição obtida com o concurso de suas filiais instaladas nos territórios das nações pobres do planeta, dispostas a trabalhar e influenciar qualquer elemento sensível às suas causas e interesses. Para isso, elas contariam, também, com a colaboração de Governos e órgãos públicos de seus países de origem, inclusive embaixadas e consulados localizados na região receptora.⁸

Desse modo a possibilidade de o Estado operar como agente determinante de ação e comportamento social, além de produtor de mercadorias, infra-estrutura e economias externas, ficaria prejudicada ou realizar-se-ia em benefício dos enclaves externos implantados no país e de suas matrizes no Mundo Central.

Esse processo pelo qual uma superestrutura organizadora poderia gerar e desenvolver uma infra-estrutura produtora, criando indústrias, formando

(7) "O Ministério do Planejamento levou nos últimos anos as empresas estatais (federais) e algumas estaduais a fazerem dívidas superiores a US\$ 8 bilhões no exterior, comprando equipamentos adiáveis ou dispensáveis, a fim de levantar recursos paralelos em dólares para cobrir os compromissos financeiros internacionais (brasileiros)." TAMER, A. País compra US\$ 8 bilhões de supérfluo para sustentar a dívida. *O Estado de S. Paulo*, 12 fev. 1984.

(8) No dia 27/11/87, Luís Inácio Lula da Silva, presidente do Partido dos Trabalhadores e Deputado Federal, "recebeu em seu gabinete o conselheiro político da Embaixada dos Estados Unidos, James Creagan, para tratar das demissões na Autolatina, empresa que congrega a Ford e a Volkswagen". LIMA, J. L. V. O verdadeiro sindicalismo. *O Estado de S. Paulo*, 10 nov. 1987, p. 25.

mão-de-obra e promovendo o desenvolvimento tecnológico e científico, num país subdesenvolvido dependente, seria inibido e distorcido. Desvio que aí seria promovido e ampliado pela ausência de liberdade de opção dessa sociedade, onde ao Estado caberia a prioridade de ação para reformular, modernizar e conduzir uma verdadeira revolução cultural. A ação promotora e protetora da superestrutura econômica e social, materializada através do Estado, tenderia a beneficiar o investidor estrangeiro e a favorecer a desnacionalização dos organismos ainda não atingidos pela força dominadora do Centro. Força que penetra no aparelho governamental, nas escolas, veículos de comunicação, além de empresas, usando para isso todos os meios à sua disposição, desde recursos monetários até a difusão de ideologias de caráter internacionalista e liberal. Sistemas de idéias pregados de forma distorcida e fora do seu contexto histórico, como maneira de retirar o ânimo para lutar e mesmo a capacidade de visualizar a possibilidade e necessidade de defesa da nação subdesenvolvida. Para esta seria, assim, negada a oportunidade de utilização do nacionalismo e da vida autônoma de que no passado e mesmo nos dias de hoje, largamente se socorrem os povos agora dominantes e prósperos.

Naqueles lugares começariam, inclusive, a surgir situações e focos de ordem patológica que acabariam por deformar a estrutura social e prejudicar o bom entendimento entre as pessoas, além do funcionamento adequado de unidades econômicas. Para isso contribuiriam as empresas estrangeiras que não hesitariam em apelar para uma política de emprego de mão-de-obra de cunho racista. Ação que seria aplicada de maneira silenciosa, através de normas internas não escritas, ao contratarem, para os cargos de direção, chefia ou de maior importância na firma, pessoas da mesma nacionalidade da empresa. Constituir-se-ia uma preferência que, no caso de existência de minorias étnicas do país sede da Matriz, beneficiaria de modo discriminatório todos aqueles de idêntica origem, pois ao empregarem alguém do país receptor, a escolha tende a recair sobre um descendente daqueles imigrantes. Grupo que teria as melhores posições garantidas em todos os níveis e que receberia cobrança e estímulo permanentes, através dessas entidades, para manter os costumes e modo de vida, além da língua de seus progenitores. Desse modo as filiais de empresas estrangeiras, onde se destacariam as japonesas, procurariam contratar a maioria dos seus empregados entre imigrantes de igual procedência e seus descendentes, deixando apenas uma pequena parcela de postos de trabalho, geralmente os de caráter inferior e pior remunerados, para o resto da população local.⁹ Tal discriminação reforçaria uma divisão da sociedade em diferentes grupos étnicos, contribuindo para manter e reavivar o quadro descrito por Dean ao tratar das origens sociais da burguesia imigrante no Estado de São Paulo. Aí os imigrantes tendiam a depositar suas economias em agências locais de bancos de seus países de origem, as quais eram dirigidas por pessoas da mesma procedência. Nesse contexto, eles representavam para os empresários patricios, em diversas fases de suas carreiras, ajuda ou fonte de auxiliares confiáveis e de jovens a se tornarem objeto de investimento. Esses empresários costumavam contratar e socorrer

(9) LAUDANNA, M. Entrevista (inédita) com filho de imigrante japonês no Brasil, empregado de empresa nipônica neste país.

pessoas oriundas de seus próprios países, ao mesmo tempo que a maior parte de seus fundos primitivos teriam procedido do exterior e os imigrantes e descendentes se constituíam em instrumentos dos interesses econômicos e políticos dos seus países de origem.¹⁰

Ficaria, assim, dificultada a integração de indivíduos de proveniência estrangeira na sociedade hospedeira, criando-se situação de possível conflito futuro. Ao mesmo tempo, os executivos das multinacionais, como H. F. Lima revelaria no caso da FIESP-CIESP, passariam a integrar as diretorias de órgãos de representação patronal, a dirigirem seus departamentos técnicos e os sindicatos de classe, impondo os interesses de suas empresas e grupos econômicos.¹¹

Deste modo, avançando o processo de dominação da economia local, constituir-se-iam, no país, em novos pontos de pressão a favor do capital estrangeiro, antigas bases defensoras da causa nacionalista. Aí as próprias empresas estatais principiariam, também, a apresentar um comportamento destrutivo em termos de uma política de desenvolvimento e das finalidades para as quais teriam sido criadas. Elas, à medida que seus diretores passam a raciocinar apenas em termos de lucro monetário, descuidariam de sua função de promotoras do crescimento da produção interna. Poderiam começar, por isso, a importar produtos com fabricação similar no país, enquanto no mercado interno setores inteiros apresentariam altos níveis de capacidade ociosa ou simplesmente descuidariam de aprofundar a nacionalização do produto por elas fabricado, em nome de uma suposta redução de custos e possibilidades de maiores exportações.¹²

Em países subdesenvolvidos persiste a necessidade de uma atuação enérgica, direta e coerente do Estado na vida econômica, do mesmo modo que o nacionalismo e a proteção irrestrita e ampla do mercado local devem ser estimulados. Isso, no entanto, feito com um aparelho estatal dotado de Executivo forte, dirigido de maneira objetiva e conforme as necessidades da nação, não precisa significar ditadura ou banimento do capital privado. Re-

(10) DEAN, W. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo, Difel-Edusp, 1971. p. 60-2.

(11) LIMA, H. F. *Caminhos percorridos*. São Paulo, Brasiliense, 1982. p. 283.

(12) Buscando um maior rendimento imediato para o dinheiro empregado, "o Decreto 498 (de 13/03/69) isentou de impostos alfandegários, do IPI e do ICM as importações de material para a construção naval, desde que beneficiadas com financiamento externo, (colocando) a critério da SUNAMAN (Superintendência Nacional da Marinha Mercante) liberá-las da obediência às normas da similaridade.

Em conseqüência, o material brasileiro que não gozava de isenções, passou a chegar aos estaleiros com o custo médio 1,7 a 2 vezes maior que o importado e o índice de nacionalização caiu sensivelmente...desde então várias firmas brasileiras...abandonaram as linhas de produção para a construção naval ou fecharam suas portas por falta de encomenda (que se dirigia ao) exterior, com enorme ônus para o balanço de pagamentos do país." BANDEIRA, Moniz. *Cartéis e desnacionalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. p. 145-6.

cursos que podem e devem sobreviver, principalmente em empresas de pequeno e mesmo de médio porte, a fim de dotar a economia de maneabilidade e flexibilidade para um crescimento mais rápido, saudável e harmônico. Para isso elas precisariam ser dotadas de ampla liberdade de ação, embora sofrendo indispensável regulamentação e fiscalização que modere excessos e concilie interesses divergentes.

O Estado intervencionista que assume funções de capitalista e empresário precisaria operar dentro de um regime político dotado de Executivo forte, sem necessidade de abandonar as vantagens, em termos de vitalidade e maleabilidade do liberalismo e da democracia. Composição possível de se obter graças ao expediente de se deixarem faixas de atuação abertas às empresas privadas de médio e pequeno porte, fora o funcionamento e livre manifestação de partidos discordantes da política adotada, cujas críticas se constituiriam em fontes apontadoras de erros ou novos rumos. Teríamos, assim, um sistema misto onde diferentes grupos e partidos políticos revezarem-se-iam no exercício do poder, aí sendo fiscalizados e controlados por seus opositores.

O Estado só atuaria diretamente no nível das grandes empresas, operando ao seu lado, nos poros deixados entre elas, firmas de tamanho menor. Estas dariam ao sistema a possibilidade de aproveitar melhor os recursos disponíveis, permitindo aumentos e reduções mais rápidos de produção ou de prestação de serviços, assim como sua diversificação e mudança. Os insumos seriam usados de modo mais adequado, completo e intensivo, à medida que se passa a ter um conjunto produtor mais entrosado conforme uma empresa recicle ou reaproveite os resíduos gerados por outra.

Fora isso, o setor privado poderia se constituir numa alternativa a que se recorrer quando a área estatal apresentasse problemas ou deficiências, assim como seria elemento indutor de maior moralidade, racionalidade e agilidade no desempenho e na administração da empresa pública. Aqui ele operaria como fator de comparação e de força para pressão por melhor funcionamento das grandes empresas controladas pelo Governo. Essa área particular tornar-se-ia, inclusive, elemento garantidor da maior independência de grande parcela da força de trabalho, de sua capacidade inventiva e inovadora, dentro de uma situação de ação, intervenção e organização planejada da vida econômica, possibilitando, por isso mesmo, uma melhor execução do plano ou da política econômica. Tarefa que seria desempenhada com mais eficiência graças a uma descentralização das empresas estatais, as quais, conforme a abrangência de suas áreas de atuação, seriam federais, estaduais ou municipais. Assim elas poderiam atender mais acertadamente às especificidades das diferenças regionais e locais em um país de grande porte como o Brasil. A direção e a composição da política empresarial ocorreriam em conformidade com aquelas necessidades, numa atitude de maior integração com o povo, que poderia ser ampliada e aprofundada com a adoção de um sistema de co-gestão na direção dessas firmas. Elas precisariam ser melhor administradas e fiscalizadas, de maneira a tornar o seu desempenho mais eficiente e útil à comunidade. Para isso, além da participação dos trabalhadores na própria condução e controle das suas atividades e negócios, seria necessário transformá-las em autênticas sociedades de economia mista. Com esse objetivo, transferir-se-ia, para os cidadãos e especialmente para as associações de funcionários e trabalhadores das empresas ou para os sindicatos operários e profissionais do país, quantidade significativa de suas ações ordinárias. Teria-

mos, então, um processo que seria materializado mediante venda controlada, com cláusula de intransferibilidade para terceiros, desses títulos, que naturalmente seriam nominativos. O Estado, as associações e/ou sindicatos supracitados, quando da mesma categoria da empresa, seriam, respectivamente, proprietários de 45% e 30% daqueles documentos com direito a voto, ficando os 25% restantes pertencentes a cidadãos, firmas e outros sindicatos do país. Simultaneamente, ficaria livre a posse e negociação de ações preferenciais, as quais poderiam ser adquiridas por entidades e cidadãos nacionais e mesmo estrangeiros, quando realmente necessário e respeitados os interesses do país.

Desse modo, poder-se-ia atingir uma sociedade mais harmônica em que a coexistência de elementos de diferentes estruturas e sistemas tornariam seu funcionamento menos perturbado por estrangulamentos ou imobilismos de caráter burocrático e de carência de inovação. Situações que costumam surgir devido a rigidez e lentidão da operação de unidades de grande porte que, sendo particulares, poderiam agir mais ainda em detrimento da comunidade dentro da qual se estabelecessem.

Nesse sentido um sistema intervencionista parcial e flexível apresentaria a melhor solução, corrigindo os defeitos e excessos da concentração econômica e burocrática, retirando de poucos grupos privados a capacidade de afetar profundamente a vida de toda a comunidade regional ou nacional. Deste modo, também, seria introduzida maior preocupação com o progresso, bem-estar, equilíbrio ecológico e custos em caráter mais amplo e genérico. Para isso precisar-se-ia de uma organização social que, além de democrática, fosse liberal, admitindo, no entanto, forte intervenção estatal, ao lado de um setor privado, constituído por empresas médias, pequenas e familiares, sólido e dinâmico. Deveria ser uma sociedade dedicada à promoção de valores positivos e dinamismo dos indivíduos, que apoiasse os mais capazes, respeitasse e garantisse uma vida digna e livre para todas as pessoas, abolindo qualquer tipo de discriminação. Aí o desempenho e administração das empresas, dos bens públicos e também de todas as atividades humanas poderiam ser melhor moralizados e adequados à defesa e progressão da vida.

Recebido em 14 de dezembro de 1987.

ABSTRACT

Nationalism acted as a motor for economic life while protectionism and state action were the instruments that led to the development of those regions that are the richest in the world today. Only after reaching this point did these nations become favorable – more in their discourse than in their practices – to economic liberalism. In countries like Brazil, state interventionism in which control is shared with labour unions would need to reach the large enterprises directly, leaving medium and small companies freedom of operation, in order to allow for greater flexibility in the economy.

Key-words: Economic policy – Economic development – State interventionism – Nationalism – Protectionism – Small enterprises